

Concessionária Rota do Oeste S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2014

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste S.A.
Cuiabá – MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.4, em decorrência da solicitação de registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, a Companhia, como previsto no CPC 23 “Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro” e no CPC 26(R1) “Apresentação das demonstrações contábeis”, procedeu a uma revisão das práticas e políticas contábeis, procedendo a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo 31 de dezembro de 2014, visando endereçar divulgações adicionais não contempladas naquelas demonstrações contábeis, anteriormente emitidas e, ao pleno atendimento das normas e orientações contábeis emitidas pela CVM e práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para companhia abertas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Início das operações e comparabilidade das demonstrações contábeis

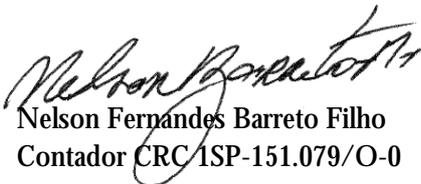
Conforme mencionado na nota explicativa no.26.a, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, portanto, somente começou a auferir resultados desta data em diante. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

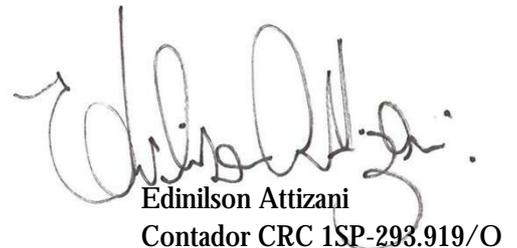
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de novembro de 2015.



Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC 1SP-151.079/O-0



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	250	1
Aplicações financeiras	8	159.885	-
Tributos a recuperar	-	3.365	-
Despesas antecipadas	9	7.525	-
Outros ativos	-	434	-
		<u>171.459</u>	<u>1</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	12.177	-
Despesas antecipadas	9	4.766	-
Partes relacionadas	11	106	-
		<u>17.049</u>	<u>-</u>
Imobilizado	12	3.594	-
Intangível	13	568.436	-
		<u>572.030</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>760.538</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	77.532	-
Fornecedores	15	11.429	-
Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.471	-
Tributos a pagar	-	3.432	-
Contas a pagar	17	6.613	-
		<u>103.477</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	439.903	-
Fornecedores	15	795	-
		<u>440.698</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	18	240.000	1
Prejuízos acumulados		(23.637)	-
		<u>216.363</u>	<u>1</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>760.538</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>
Operações continuadas		
Receita líquida	19	462.823
Custo dos serviços	20	<u>(462.823)</u>
Lucro bruto		-
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	21	<u>(41.266)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		(41.266)
Receitas financeiras	22	11.727
Despesas financeiras	22	<u>(6.275)</u>
Resultado financeiro, líquido		5.452
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(35.814)</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	12.177
Prejuízo do exercício		<u>(23.637)</u>
Prejuízo básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	24	(103,91)

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do prejuízo do exercício, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 27 de dezembro de 2013		1	-	1
Aumento de capital	18	239.999	-	239.999
Prejuízo do exercício		-	(23.637)	(23.637)
Em 31 de dezembro de 2014		<u>240.000</u>	<u>(23.637)</u>	<u>216.363</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.814)	-
Ajustes		
Depreciação e amortização	2.411	
Juros e variações monetárias, líquidas	2.757	-
	(30.646)	
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(3.365)	-
Despesas pagas antecipadamente	(12.291)	-
Outros ativos	13.833	-
Obrigações sociais e trabalhistas	4.471	-
Fornecedores	12.224	-
Tributos a pagar	4.226	-
Contas a pagar	6.612	-
Caixa gerado nas operações	(4.936)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(793)	
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	(5.729)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(159.885)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(4.318)	-
Adições ao intangível	(570.123)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(734.326)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dívidas de curto prazo e longo prazo, líquida		
Partes relacionadas		
Recursos liberados	(106)	
Empréstimos e financiamentos		
Captação de empréstimos	514.678	-
Aumento de capital	225.732	1
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	740.304	1
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	249	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	250	1
Variação de caixa do exercício	249	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	2014
Receitas	<u>462.823</u>
Insumos adquiridos de terceiros	
Materiais, energia e outros	(18.784)
Custo de obras de infraestrutura ICPC 01	(462.823)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(7.891)
Valor adicionado bruto	<u>(26.675)</u>
Depreciação e amortização	(2.413)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(29.088)</u>
Valor adicionado recebido em transferência	
Receitas financeiras	11.726
Outros	14
Valor adicionado total a distribuir	<u>(17.348)</u>
Distribuição do valor adicionado	
Pessoal	9.390
Remuneração direta	7.143
Benefícios	1.867
FGTS	380
Impostos, taxas e contribuições	(10.612)
Federais	(10.612)
Remuneração de capitais de terceiros	7.511
Juros	6.195
Aluguéis	1.273
Outros	43
Remuneração de capitais próprios	(23.637)
Prejuízo do exercício	(23.637)
Valor adicionado distribuído	<u>(17.348)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às informações do exercício de 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com prazo de duração correspondente ao necessário para o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (ANTT ou Poder Concedente). O procedimento licitatório foi promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 003/2013 da 3ª Etapa das Concessões de Rodovias Federais – Fase III, Lote 7, tendo como objetos social:

- i) recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, incluindo todos os seus elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais, ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com as instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão (Sistema Rodoviário);
- ii) exploração de eventuais receitas complementares, acessórias ou alternativas à tarifa de pedágio, decorrente da exploração do Sistema Rodoviário e de projetos associados.

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder concedente</u>
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT")

Em 31 de dezembro de 2014 a participação acionária na proporção de 100% do capital da Companhia deixou de ser detido pela Odebrecht Transport S.A. (OTP), passando a ser subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A. (ODBVias), em razão da reestruturação societária com a criação de uma estrutura própria para a gestão dos ativos de rodovias.

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht (Organização).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota nº 3.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas na categoria: mantidas até o vencimento e encontram-se registrados ao valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria: mensurados a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Em 31 de dezembro de 2014, compõem parte do saldo da rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota nº 8).

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Em 31 de dezembro de 2014, compreende a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota nº 7).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de *hedge*.

d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

e) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que gerou benefícios econômicos futuros associados a investimentos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os aspectos do reparo e manutenção são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

g) Intangível

i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão tem início a partir da data em que encontra-se disponível para ser utilizada nas operações da Companhia, estes ativos serão amortizados após o início das atividades previsto para setembro de 2015 e o critério de amortização seguirá pela curva de demanda.

ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota nº 13.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

h) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) Empréstimos e financiamentos

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata *temporis*), com base na taxa efetiva.

j) Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

k) Reconhecimento de receita

i) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

A Administração entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras, gerenciamento dos subcontratos e risco do negócio, são imateriais para fins de mensuração. Sendo a margem de construção apurada próxima a zero.

ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

l) Regime Tributário de Transição (RTT)

A Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, especialmente regulamentada pela IN RFB nº 1.515/14, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe providências sobre a apuração de impostos, com disposições especialmente associadas à tributação dos contratos de concessão de serviços públicos. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo a hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014, sendo que a Companhia optou pela adoção antecipada dos seus efeitos.

De acordo com a IN RFB nº. 1.499/14, a opção pela antecipação da Lei nº. 12.973/14 para o ano-calendário de 2014 se encerrou em 24 de fevereiro de 2015. A Companhia confirmou a adoção antecipada na DCTF de 2015.

m) Benefícios a empregados (não auditado)

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Odeprev Odebrecht Previdência (ODEPREV), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. (ODB), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 30.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

n) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

o) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis intermediárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.3. Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.4. Reapresentação

A Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2015, para inclusão de informações em conexão com o pedido de registro de companhia aberta, categoria B, junto a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

De acordo com o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro” não houve mudanças significativas na política contábil erros e estimativas, em relação as demonstrações anteriormente apresentadas. As principais divulgações adicionais são:

- a) inclusão da Demonstração do valor adicionado;
- b) inclusão da Qualidade do crédito;
- c) inclusão da gestão de risco financeiro e gestão de capital;
- d) honorários de administradores.

A reapresentação das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivo de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis para o reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido como base, conforme interpretação técnica ICPC 01, desta forma, a receita de construção é equivalente ao custo de construção pelo fato da Companhia ter adotado margem próxima de zero.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros Taxa de Juros de Longo Prazo(TJLP) e do Certificados de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

iii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%	5,5%
CDI	12,6%	11,6%	10,7%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%	10,0%

(*) Fonte: TJLP – Banco Caixa Geral do Brasil; CDI - Focus - 31/12/2014.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
TJLP (*)	5,46%	6,82%	8,19%
CDI	10,48%	13,10%	15,72%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	fev/16	Alta TJLP	42.921	46.403	46.794

v) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Nota Prómissória ABC	mar/15	Alta CDI	5.098	6.124	7.137

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

j) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento em 31 de dezembro 2014 pode ser assim sumariado:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	517.435	-
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(250)	(1)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(159.885)	-
Dívida líquida	357.300	(1)
Total do patrimônio líquido	216.363	1
Total do capital	573.663	-
Índice de alavancagem financeira - %	62	N/A

N/A – Não aplicável.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	
	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	250	1
Aplicações financeiras	159.885	-	-
	159.885	250	1
		Outros passivos financeiros	
		31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		517.435	-
Fornecedores		12.224	-
Contas a pagar		6.613	-
		536.272	-

6. Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	159.885	-
	159.885	-
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	10	1
Bancos conta movimento	240	-
	250	1
	160.135	1

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa geral	10	1
Bancos conta movimento	240	-
	250	1

8. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante registrado na rubrica de aplicações financeiras é de R\$ 159.885.

9. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	5.137
	12.291
Ativo circulante	7.525
Ativo não circulante	4.766

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido	
Prejuízo fiscal e base negativa	2.577
Amortização Despesas Diferidas	14.035
Provisões Temporárias	(4.435)
	12.177

	31 de dezembro de 2014
Tributos diferidos líquidos	
Ativo fiscal diferido - não circulante	16.612
Passivo fiscal diferido - não circulante	(4.435)
	12.177

(i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2014
2016	4.497
2017	1.920
2018	1.920
2019	1.920
2020	1.920
	12.177

11. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Construtora Noberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	106	-
Em 30 de dezembro de 2014	106	-

(*) Refere-se basicamente a repasse de despesas administrativas, o montante de R\$ 106 registrado na rubrica "Outros créditos e valores".

a) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2014, totalizou o montante de R\$ 518.

b) Participação nos lucros e resultados

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 2.481.

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Aquisições	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo contábil	139	535	498	1.263	1.159	3.594
Custo	145	579	530	1.468	1.598	4.320
Depreciação/exaustão acumulada	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.263	1.159	3.594
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	-	-

(*) Esses itens serão depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Aquisições	-	-	15.556	554.392	176	570.124
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo contábil	10.658	3.653	14.024	539.936	166	568.437
Custo	10.766	3.690	15.556	539.936	176	570.124
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.936	166	568.437
Taxas anuais de amortização (%) (*)	-	-	-	-	20	-

(*) Serão amortizados de acordo com o prazo do contrato de Concessão até o início das operações das praças de pedágio, a partir desta data o critério de amortização será pela curva de tráfego.

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

14. Empréstimos e financiamentos

Em 20 de agosto de 2014, a Companhia contratou com o Banco Caixa Geral do Brasil S.A. (BCGB) Cédula de Crédito Bancário (CCB), o montante de R\$ 25.000, com remuneração de 3,25% a.a. e vencimento em 20 de outubro de 2014. Em 24 de setembro de 2014, foi liquidado integralmente a CCB com BCGB.

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A. (a)	R\$	DI + 2,3%	77.708
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	444.650
Custos de captação a amortizar	R\$	-	(4.923)
			517.435
(-) Passivo circulante			
Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A. (a)			77.532
			77.532
Passivo não circulante			
Empréstimos BNDES			439.903
Passivo não circulante			439.903
			517.435

a) Banco ABC S.A.

Em 22 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa de 2,3% a.a. e prazo de 180 dias corridos da data de emissão, o recurso foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 o financiamento é de R\$ 77.532 líquido do custo de transação amortizado no período.

A amortização do financiamento será integralmente realizado em 22 de março de 2015. O custo de captação sobre o financiamento é de R\$ 220 está sendo amortizado pela fluidez do empréstimo.

b) BNDES

Em 23 de julho de 2014 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), conforme processo nº. 50500.062490/2014-89 de acordo com a Deliberação nº187 da ANTT, o Art. 1º autoriza a captação de empréstimo ponte no montante de até R\$ 762.000 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT.

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 está sendo amortizado pela fluidez do empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2014 o financiamento é de R\$ 439.903 líquido do custo de transação amortizado no período. A taxa efetiva do financiamento é de 8,56% a.a.

(i) Garantias

O financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*Project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (Covenants)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2014.

15. Fornecedores

	31 de dezembro de 2014
Passivo circulante	11.429
Passivo não circulante	795

16. Salários e encargos sociais

	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos sociais	2.324
Participação nos lucros e resultados	2.147
	4.471

17. Contas a pagar

	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	3.947
Verbas do contrato de concessão	2.147
Verba de fiscalização	519
	6.613

18. Patrimônio líquido

Capital social

Em 27 de dezembro de 2013, foi constituído o capital social da Companhia, em R\$ 1, através da emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor em moeda corrente nacional.

Em 20 de janeiro de 2014, foi aprovado o aumento de capital social, OTP, no montante de 239.999 novas ações ordinárias da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando o montante de R\$ 239.999 sendo R\$ 10.558, integralizado em créditos, R\$ 179.000 em moeda corrente e R\$ 50.441 integralizado em moeda corrente em 30 de setembro de 2014 pela acionista OTP.

Em 30 de setembro de 2014, foi aprovado a integralização de capital da Companhia pela acionista OTP no montante de R\$ 50.441, sendo R\$ 46.732 em moeda corrente e R\$ 3.709 em créditos.

O capital social da Companhia é de R\$ 240.000, representado por 240.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

19. Receita líquida

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 462.823, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, conforme contrato de concessão, o início da cobrança de pedágio está condicionada ao atingimento de 10% das obras previstas para agosto de 2015.

20. Custo dos serviços

	31 de dezembro de 2014
Custo de obra de infraestrutura	(462.823)
	(462.823)

21. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2014
Salários e encargos	(10.901)
Serviços de terceiros	(10.764)
Gastos gerais	(19.601)
	(41.266)

22. Resultado financeiro, líquido

31 de dezembro
de 2014

Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(7.694)
Outras	1.419
	(6.275)
Receitas financeiras	
Receita de aplicações financeiras	11.719
Outras	8
	11.727
	5.452

23. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

31 de dezembro
de 2014

Prejuízo antes dos impostos	(35.814)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	12.177
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	24
Efeito IR e CSLL no resultado	12.201
IR e CSLL diferidos	12.177
Total da despesa com IR e CSLL	12.177

24. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro.

31 de dezembro
de 2014

Prejuízo do exercício	(23.637)
Quantidade média ponderada de ações	227.473
Prejuízo básico por lote de mil ações	(103,91)

25. Seguros

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta a seguinte apólice de seguro contratada com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	100.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	1.000

26. Eventos subsequentes

a) Início das operações

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

b) Empréstimos bancários

Em 23 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Em 10 de setembro de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram o contrato de financiamento no montante de R\$ 300.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta Odebrecht TransPort (OTP), alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

c) Aumento de capital

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

d) Adiantamento para futuro de capital – AFAC

Não existe a certeza, que esses valores irão compor o capital social da Companhia.

Em 1º de julho de 2015, a ODB Rodovias S.A. (ODB Rodovias), visando a atender à necessidade de caixa da Companhia, enquanto não ocorria a liberação de recursos ponte da Caixa Econômica Federal realizou o AFAC no montante de R\$ 10.000. Em 16 de julho de 2015, a ODB Rodovias, realizou outro AFAC no montante de R\$ 9.925.

Em 24 de julho de 2015, a ODB Rodovias, por equívoco incorrido na formalização do AFAC realizado em 1º de julho de 2015 capitalizou parcialmente o AFAC, mediante aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 558.

Em 11 de setembro de 2015, a ODB Rodovias em comum acordo com a Companhia resolveu converter os AFAC's em mútuo no montante de R\$ 20.065.

Em 30 de setembro de 2015, a OTP converteu os saldos de mútuos no valor de R\$ 72.815 com a Companhia em AFAC na ODBvias e conseqüentemente a ODBvias converteu AFAC na Companhia. O saldo de mútuo no valor de R\$ 17.092 foi convertido em AFAC na Companhia.

e) Licença para duplicação de rodovia

Em 23 de março de 2015, a Companhia obteve a licença prévia e licença de instalação referente à duplicação dos trechos do Km 0 em Itiquira a Km 94,9 em Rondonópolis e do Km 507,1 em Diamantino ao Km 855 em Sinop-MT.

f) Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 386 em 30 de setembro de 2015.

* * *